

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes e a Formação da Elite Feminina

Prof. Dr. Miguel André Berger

Ilza Elaine de A. Souza

Departamento de Educação da U. F. de Sergipe

Introdução

A urbanização crescente, o avanço da industrialização e da tecnologia vem exigindo um cidadão mais capacitado e impondo mudanças nos valores e nas instituições sociais; no caso da escola, a busca de estratégias para favorecer a democratização do saber. Muitas das instituições vem redimensionando sua filosofia e formas de organização e atuação, enquanto outras, tendem a ser extintas, como no caso do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

A democratização do ensino continua ainda sendo uma luta árdua. Analisando a situação educacional da população brasileira, quando do início do período Republicano (1900), NUNES (1984) coloca ser esta composta por 75% de analfabetos, enquanto que em Sergipe, este índice girava em torno de 58,2%. Em 1905, Sergipe atendia 1,55% da população nas escolas públicas primárias.

Naquela época existiam poucos colégios voltados para o ensino secundário, mais sob o controle da igreja ou da iniciativa particular do que do Estado. Esses foram surgindo atendendo mais a população masculina do que a feminina, já que a mulher tinha uma vida restrita ao ambiente doméstico. Esta tinha poucos privilégios, sendo que sua educação se fazia mais nos conventos. O convento era a única alternativa para as mulheres que quisessem estudar, ou se esquivar dos pais ou maridos indesejáveis. (RIBEIRO, 2000)

NOVAIS (1984, p. 19) coloca que as oportunidades de educação feminina eram muito restritas, pois "até 1811 existiam cinco conventos no Brasil, localizados, um na Bahia, dois no Rio de Janeiro e dois em São Paulo".

Interessante verificar que, nos atuais estados das regiões norte e nordeste, onde imperava a monocultura da cana-de-açúcar, a vida social centrada nos engenhos e o sistema patriarcal, inexisteriam tais instituições.

A mulher começa a ter acesso à instrução primária com a Constituição de 1823, sendo que tinha um currículo diferenciado ao das escolas para os homens. Bastava para a mulher aprender "a ler, escrever, as quatro operações de aritmética ... também as prendas que servem à economia doméstica" (DEMARTINI, 1993, p.6).

Em 1830 se cogita a criação das Escolas Normais, mas estas serão destinadas inicialmente aos elementos do sexo masculino, tendo uma existência efêmera .

Segundo NOVAES, a sociedade reagia negativamente, ao recrutamento da mulher avaliando, inclusive "as primeiras normalistas como pessoas de moral duvidosa, o que se entende, pois as primeiras escolas normais eram destinadas às camadas pouco privilegiadas que, àquela época, ainda não viam na educação um mecanismo de ascensão social" (1984, p. 21).

O lugar da mulher era no lar, onde aprendia com a mãe a ser boa mãe, esposa e dona de casa. Somente nos fins do século XIX, a Escola Normal passa a ser vista pela mulher como uma oportunidade de continuar os estudos, atraindo moças de famílias abastadas que procuravam apenas elevar o grau de educação escolarizada.

Durante muito tempo o curso é dado em escolas diferentes para cada sexo, enquanto em outro momento, para ambos os sexos. Muitas famílias não permitiam que suas jovens freqüentassem a escola pública, mesmo esta tendo um sistema de vigilância e controle exercido pelos bedéis e diretores, reflexo da Pedagogia tradicional que defendia a disciplina como fator importante para a ocorrência da aprendizagem (LIBÂNEO, 1985).

Diante das condições precárias de funcionamento das escolas públicas e do número reduzido destas, começou a se expandir no Brasil e em Sergipe, especialmente a partir de 1900, os colégios particulares. Muitos funcionavam em regime de internato e eram destinados à clientela masculina.

É neste cenário que surge o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, mantido pelas Religiosas Irmãs Sacramentinas. A Congregação das Sacramentinas, fundada pelo padre Pierre Vigne, nascido em Privas, em 1670, tinha como princípios de vida a caridade, a vida oculta, o silêncio, a oração: tudo o que pudesse ajudá-las a se

constituírem missionárias fervorosas. A Congregação se expande na Europa, sofrendo perseguições por parte do Imperador Napoleão Bonaparte. A Superiora Geral encontra-se em Roma com um religioso, amigo do arcebispo da Bahia, que a convida para dirigir um orfanato em Feira de Santana, no interior da Bahia. A madre aceita o desafio e, no Brasil, recebe convite dos governadores dos Estados de Alagoas e de Sergipe para fundação de colégios com pensionato para a elite estudantil. Um grupo de Irmãs funda em 1904 um Colégio em Aracaju, ofertando o Curso Primário e depois, os cursos Ginásial, Científico e Normal.

Em 1932, o Curso Normal é equiparado ao da Escola Normal Rui Barbosa, sendo que em 1936 forma a primeira turma de normalistas. Funcionando também no regime de internato atraía jovens das mais diversas regiões interioranas do Estado, sendo extinto em 1973.

O presente estudo resgata a criação e os objetivos do colégio, as diretrizes norteadoras de funcionamento e as práticas cotidianas que se concretizavam no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, um dos principais redutos da Educação da elite feminina. Visa recuperar a memória desta instituição de ensino que cumpriu um papel importante na História da Educação em Sergipe, ampliando os estudos na linha de Pesquisa "História, Sociedade e Educação", do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS.

Colocação do problema

No século passado, a idéia prevalecente era que a mulher pertencia somente ao âmbito privado, ao doméstico, não pertencia ao âmbito público. Sua atuação era restrita ao ambiente doméstico, sem participação na vida social, enfrentando com o passar do tempo, várias lutas para conquista de seus direitos.

No início, a aprendizagem da leitura e da escrita era suficiente, havendo estabelecimentos e currículos diferenciados para homens e mulheres. Essa educação diferenciada decorria dos papéis definidos para cada sexo e dos preceitos católicos, muito influentes na sociedade brasileira.

ALMEIDA (2000) esclarece que "o repúdio à co-educação dos sexos tinha cunho moral e religioso, despertando entre os segmentos conservadores um antagonismo que era usado como arma para combater as escolas estrangeiras de orientação protestantes" (p. 132), as quais viam a mulher como a mais indicada para educar e instruir de acordo com os ditames da fé e da moral.

Para evitar a influência das idéias protestantes, que vinham surgindo e ganhando terreno no Brasil e em Sergipe (VILAS-BÔAS, 2000), bem como contribuir para a formação dos jovens das classes dominantes, a igreja católica procurava via do ensino, moldar consciências e retornar o poder. Contrária às escolas mistas, várias ordens religiosas vão criando colégios, muitos dos quais funcionando como internato, onde além de instruir, tinham oportunidade de exercer uma influência maior sobre o caráter do educando.

Reich em seu livro "Análise do Caráter" coloca que a família é o primeiro e mais importante foco de reprodução da ordem social. Através da influência familiar e, depois da escolar, a sociedade dita, conforme seus interesses econômicos e sociais, as primeiras limitações dos instintos das pessoas que determinarão a sua estrutura de caráter.

A força do caráter se dá, então, através de mudanças no ego, que REICH, chama de "encouraçamento", que se estrutura "como resultado crônico do choque entre as exigências do instinto e um mundo exterior que frustra essas exigências" (REICH, 1989:150). Assim, quando o ego entra em choque com o mundo exterior, criando frustrações, o aparelho psíquico ergue uma barreira entre si e o mundo exterior. Desse modo, ele se apresenta como um mecanismo de defesa dos indivíduos, ou seja, uma forma de defender o ego dos perigos internos e externos. Porém, quando ele se torna crônico, quando vira um encouraçamento, acaba sendo um impedimento à mobilidade da pessoa, à possibilidade dela se abrir ou se fechar para o mundo externo. O indivíduo com medo de sofrer reprimendas dos pais e dos professores, acaba obedecendo as normas e regras impostas, sem apresentar comportamentos de resistência. Isto vai contribuindo para a inibição dos seus instintos, a modelagem de formas de agir e adoção de uma atitude de submissão.

Com base nas contribuições desse autor, pretende-se verificar com que idade as alunas chegavam ao colégio, que normas e tipos de punições estavam previstas no regimento para nortear suas ações, que tipo de experiências elas vivenciavam no

dia-a-dia, que tipo de relação mantinham com as religiosas, o que lhes era permitido, o que era negado, valorizado ou desqualificado. Como as jovens deveriam se vestir, agir, o modo de andar e a postura física que deveriam adotar, o que reflete no seu tipo de caráter. Enfim, qual era o objetivo e ideal de aluno que o colégio visava desenvolver e que procedimentos utilizava para conseguir seus intentos.

Para entender como o poder era exercido para controle da mulher no cotidiano do colégio e formação de um determinado tipo de caráter, as contribuições de FOUCAULT (1987) são de grande relevância.

Em seu livro "Vigiar e Punir", FOUCAULT descreve o nascimento dos dispositivos disciplinares utilizados pelas instituições da sociedade - exército, escolas, além de outras, para punir os indivíduos que cometem infrações ou transgridem as normas. Até o século XVII e meados do século XVIII, o corpo físico era o principal alvo do castigo, da punição.

Verifica-se com o desenvolvimento da sociedade, o emprego de punições mais sutis, afetando "a alma" (a personalidade) do indivíduo, como a prisão, os trabalhos forçados. Essa mudança da visão sobre o corpo e a vida humana, modificando as formas do exercício do castigo, decorre do capitalismo, que necessita do homem como força de trabalho. Surgem, assim, vários mecanismos de poder, com o intuito de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, gestos e atitudes.

Segundo Foucault, o poder não é um privilégio do Estado, mas é exercido em várias instituições escolares, colégios, conventos, que não são controlados pelo poder estatal, mas chegam a ser úteis ao próprio Estado, auxiliando-o na sua ação e na sua sustentação. Nestas instituições, o poder é exercido por várias pessoas, em várias instâncias que mantêm relações de hierarquia com os outros.

O exercício do poder assume dimensão negativa quando é exercido pelo Estado com o caráter repressivo, podendo ter também dimensão positiva quando visa o progresso do indivíduo. Essa decisão é a mais presente na prática educacional, pois seu intento não é "expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-la em suas ações para que seja possível e viável utilizá-la ao máximo, aproveitando suas

potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades" (1987, p. XVIII).

No caso da educação feminina, naquele contexto histórico, o objetivo seria adestrar e obter a submissão da mulher, inculcando seu papel na função de preservação da espécie, ligada às amarras da maternidade, num fazer considerado repetitivo e sem criatividade, vendo a mulher sempre como inferior ao homem.

Para conseguir tais intentos utiliza-se todo um disciplinamento, controlando o indivíduo através dos gestos e movimentos do corpo. Há uma codificação do tempo em termos de atividades e do espaço a fim de se exercer o controle sobre o indivíduo. No caso deste colégio como se distribuía as atividades das alunas no transcorrer do tempo? Quais os espaços que poderiam ocupar e os quais não podiam freqüentar? Como era o sistema de controle exercido pelas freiras - brando ou rígido? Como elas exerciam esta vigilância? Que tipo de punições eram utilizadas, caso as alunas infringissem as normas estabelecidas? Eram de ordem física ou moral?

Diante destes questionamentos, os seguintes objetivos nortearam este estudo:

- ◆ Caracterizar os objetivos e princípios morais e pedagógicos defendidos pela Ordem das Sacramentinas para a tarefa educativa;
- ◆ Analisar os motivos influentes na escolha do Colégio Nossa Senhora de Lourdes para a educação da mulher;
- ◆ Analisar o funcionamento e a prática pedagógica visando a formação feminina no cotidiano do colégio.

Metodologia do estudo

Trata-se de uma pesquisa histórica buscando descrever e reconstruir o funcionamento e a ação desenvolvida por uma instituição educativa relacionada com a Igreja Católica.

Este trabalho se fundamenta nos estudos desenvolvidos pelo Grupo dos Annales, no sentido em que trabalha com o cotidiano de um colégio religioso voltado para a formação da mulher proveniente das famílias mais abastadas.

Considerando que o Colégio foi extinto em 1973 e as informações a respeito dos estabelecimentos são arquivadas no Setor de Inspeção Escolar da Secretária Estadual de Educação, a equipe começou a contatar os especialistas deste setor para ter acesso às informações.

Esse trabalho requereu muito tempo já que este setor só funcionava um expediente (das 7 às 13 horas) e contou-se com um grande número pastas. Uma das pastas continha os regimentos do colégio, referentes aos anos de 1952 e 1966, e as outras, fichas de matrículas e de desempenho das alunas matriculadas, desde o ano de criação até sua extinção.

O regimento foi objeto de análise em termos dos objetivos, sistema de funcionamento do colégio, direitos e penalidades atribuídas as alunas.

Para melhor compreender as informações contidas nos documentos bem como enriquecê-las, a fim de se interar do processo de formação da mulher e do cotidiano do colégio, optou-se pelo o uso da entrevista semi-estruturada, a fim de obter depoimentos de religiosas dessa Ordem, ex-alunas e ex-professoras, atuantes do período de 1940 a 1970. O estudo também privilegiou as fontes iconográficas.

4- Resultados e discussão

Este colégio teve, inicialmente, uma grande aceitação por parte da sociedade sergipana por constituir uma instituição católica modelar para as mulheres pertencentes às camadas privilegiadas residentes, tanto na capital como no interior do Estado, principalmente para as filhas dos grande proprietários de terra. Além de seu pautar em uma disciplina e sistema de controle rígido, semelhante ao do ambiente doméstico, voltava-se para preparar a mulher para as funções de mãe e esposa.

A análise dos regimentos vigentes em 1952 e 1966 apontam modificações na organização administrativa e pedagógica do colégio. Ele contudo, é sempre administrado pelas Irmãs, que no início também assumiam as atividades docentes. Considerando a abrangência das atividades assumidas (criação do curso ginásial, científico e normal) e a heterogeneidade do corpo docente, com a admissão de profissionais alheios às Congregação, formas de controle e proibições são incluídas no último regimento para nortear a atuação dos docentes e discentes. Essas

objetivam não a melhoria dos aspectos pedagógicos, mas a conservação dos dogmas ultramontanos em nome da moral cristã, bem como atender os interesses da elite;

A prática pedagógica se pautava no respeito ao professor e na exposição, sendo que a aluna era avaliada através de provas mensais e parciais bem como sabatinas, com o intuito de verificar o domínio do assunto e a manutenção da disciplina. Além das notas de desempenho, a aluna era avaliada em relação à ordem, comportamento e boas maneiras. Além da repreensão por parte do professor e da Madre (diretora), a privação de saída constituía a penalidade mais temida, pois as alunas internas se viam impedidas de visitar seus pais ou parentes nos finais de semana estipulados pelo colégio.

O ideário escolanovista que vinha defendendo a liberdade de expressão do aluno, a co-educação dos sexos e as classes mistas, os direitos da mulher , sua participação na sociedade, é tolhido pelo catolicismo conservador, ainda presente nesse colégio, em nome da moral cristã.

As alunas também descrevem o cotidiano do colégio, a divisão das atividades no tempo, as principais festividades (internas e externas) em que podiam participar bem como as formas de resistência que adotavam para burlar o sistema de vigilância das freiras e manter suas brincadeiras ou namoricos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares. As propostas acerca da coeducação dos sexos nos finais do século XIX: ambigüidades de ordem moral e religiosa. IN: **Programas e Resumos de trabalhos do I congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro, nov. 2000.

DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério Primário: profissão feminina carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HELLER, Ágnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

LE GOFF, J. e outros. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1985.

MENEZES, J. M. Verônica. **Sacramentinas no Brasil**. 1903-1978. Salvador(BA), 1977.

NOVAIS, Maria Eliana. **Professora primária: mestra ou tia**. São Paulo: Cortez , 1984.

NUNES, Clarice (org.) **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terras, SEEC/UFS, 1984.

PASSOS, Elizete Silva. **A Educação das Virgens- um estudo do cotidiano do Colégio Nossa Senhora das Mercês**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido e GONÇALVES, Carlos Luiz. **Reverendo o ensino de 2 grau - Propondo a Formação de Professores**. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

REICH, Wilhelm. **Análise do Caráter**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres educada na colônia. In: LOPES, Eliane M. Teixeira (org) **500 Anos de Educação**. Belo Horizonte: A. Autêntica, 2000.

VILAS-BÔAS, Ester Fraga. **Origens da educação protestante em Sergipe: 1884-1913**. Aracaju: Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFS/2000.

VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre escola e a professora. In: LOPES, Eliane M. Teixeira (org) **500 Anos de Educação**. Belo Horizonte: A. Autêntica, 2000.